

MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 01/2022 - Fevereiro/2022



ÍNDICE

05

Boletim Informativo - CAOPAM

06

Notícias do MPBA - Concessionária de transportes descumpre acordo e MP requer pagamento de multas que totalizam mais de R\$ 18 mi

06

Notícias do MPBA - MP reitera pedido à Justiça para Salvador ter 100% da frota de ônibus em horário de pico

07

Notícias do MPBA - Ex-prefeito de Nazaré e empresa de engenharia são acusados de causar danos ao erário

07

Notícias do MPBA - Município de Simões Filho firma acordo com MP para criar Controladoria Interna da Câmara de Vereadores

07

Notícias do MPBA - MP expede recomendação para Guarda Municipal de Paramirim não atuar em operações policiais no Município

08

Notícias do MPBA - MP recomenda ao Estado e ao Município de Salvador readequação dos leitos pediátricos em razão do agravamento da Covid-19

08

Notícias do MPBA - Covid-19 – MP aciona Município de Muniz Ferreira e cobra transparência nas informações sobre a pandemia

08

Notícias do MPBA - MP recomenda ao Município de Cristópolis suspensão de concurso público para agentes comunitários de saúde



09

Notícias do MPBA - MP recomenda suspensão de licitação do Palácio Rio Branco com abertura prevista para amanhã (19)

09

Notícias do MPBA - Falta de transparência no processo licitatório do Palácio Rio Branco motiva MP a acionar Estado e Ipac

09

Notícias do MPBA - MP recomenda observância do direito à informação ao Município de Ilhéus

10

Notícias do MPBA - MP recomenda ao Município de Serra do Ramalho que anule nomeação de servidor por prática de nepotismo

10

Notícias do MPBA - MP recomenda anulação de seleção ilegal de estudantes para bolsa universitária em Guanambi

10

Notícias do MPBA - MP recomenda aprimoramento de portal da transparência à Câmara Municipal de Cristópolis

11

Notícias do MPBA - Ministério Público deflagra segunda fase da Operação Fake Rent

11

Notícias do MPBA - Nova fase da 'Operação Saneamento' cumpre dois mandados de prisão em Porto Seguro

11

Notícias do MPBA - Operações "Cum Claves" e "Persistência" apuram fraudes de R\$130 milhões



ÍNDICE

- 11** Notícias do MPBA - MP denuncia três investigados na Operação Kauterion por prática de corrupção e lavagem de dinheiro
- 12** Notícias do MPBA - Município de Barreiras se compromete a realizar concurso público
- 12** Notícias do MPBA - Fundac é acionada por contratações temporárias irregulares
- 12** Notícias do MPBA - Justiça proíbe que Salvador realize novos contratos Reda para professores municipais
- 13** Notícias do STF
- 14** Notícias do STJ
- 16** Expediente

Prezados colegas,

Apresento a primeira edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2022. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPAM



Concessionária de transportes descumpre acordo e MP requer pagamento de multas que totalizam mais de R\$ 18 mi

O Ministério Público estadual apresentou à Justiça, na sexta-feira (7), ação de execução de título executivo extrajudicial para que a Concessionária CSN Transportes Urbanos SPE S/A e suas sócias sejam obrigadas a pagar multas que totalizam mais de R\$ 18 milhões após descumprimento de acordo firmado com a Instituição. O acordo, explica a promotora de Justiça Rita Tourinho, previa o aumento da frota de ônibus em Salvador. Ele foi firmado em março de 2019 e objetivou a adoção de diversas medidas de adequação do serviço público de transporte coletivo de passageiros através de ônibus no município. [...]

[+ Confira](#)



MP reitera pedido à Justiça para Salvador ter 100% da frota de ônibus em horário de pico

O Ministério Público estadual reiterou à Justiça o pedido para que se determine ao Município de Salvador a retomada integral da circulação de 100% da frota de ônibus efetiva do sistema de transporte coletivo municipal, durante os horários de pico (das 05h às 08h; das 08h às 12h e das 15h às 21h). A petição foi protocolada ontem, dia 7, pela promotora de Justiça Rita Tourinho. No documento, a promotora solicita o deferimento do pedido liminar feito em ação civil pública ajuizada em outubro de 2020 e a designação de audiência de conciliação. A reiteração do pedido vem após a Secretaria de Mobilidade Urbana de Salvador (Semob) [...]

[+ Veja mais](#)



Ex-prefeito de Nazaré e empresa de engenharia são acusados de causar danos ao erário

O Ministério Público estadual ajuizou, ontem (25), ação civil pública de ressarcimento ao erário contra Milton Rabelo de Almeida Júnior, ex-prefeito do Município de Nazaré, e Somaza Souza Moreira Engenharia LTDA. Segundo o promotor de Justiça Leandro Ribeiro Oliveira, o então gestor e a empresa contratada agiram ilicitamente, praticando atos de improbidade administrativa que causaram dano ao erário, à medida que serviços de reformas e manutenção de logradouros e imóveis públicos contratados pela Prefeitura de Nazaré na gestão 2013/2016 não foram prestados pela empresa. O promotor destacou que todo o valor empregado nas contratações da empresa foi pago pelos cofres municipais, causando imediato prejuízo ao Município de Nazaré. [...]

[+ Leia mais](#)



Município de Simões Filho firma acordo com MP para criar Controladoria Interna da Câmara de Vereadores

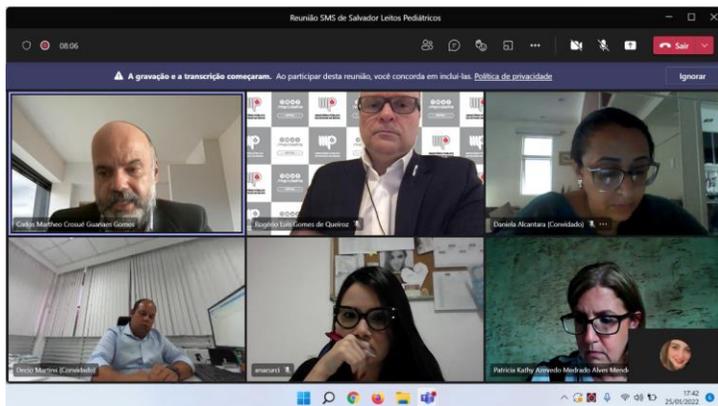
O Ministério Público estadual firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Simões Filho para encaminhar projeto de lei instituindo a Controladoria Interna da Câmara de Vereadores da cidade, no prazo de 90 dias contados a partir de 1º de fevereiro. Além disso, deverão ser estabelecidas garantias funcionais para os membros da Controladoria Interna para que possam desempenhar suas funções de controle adequadamente e [...]

[+ Continue lendo](#)

MP expede recomendação para Guarda Municipal de Paramirim não atuar em operações policiais no Município

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Gabrielly Coutinho Santos, recomendou ao Município de Paramirim que não inclua a Guarda Municipal Patrimonial nas operações policiais na cidade. Além disso, o Município deve destinar a Guarda Municipal Patrimonial à proteção do patrimônio municipal e da vigilância da prestação dos serviços públicos locais, considerando que a cidade conta com muitas escolas públicas, praças, vias movimentadas, jardins, prédios e repartições públicas com intenso fluxo. “Recebemos denúncias de que a Guarda Municipal Civil estaria fazendo investigações para apuração de crimes e aplicando multas de trânsito”, destacou a promotora de Justiça. No documento, o MP recomendou ainda que a atuação da Guarda Municipal [...]

[+ Confira](#)



MP recomenda ao Estado e ao Município de Salvador readequação dos leitos pediátricos em razão do agravamento da Covid-19

O Ministério Público estadual recomendou nesta terça-feira (25) ao Estado da Bahia e ao Município de Salvador que realizem o planejamento para a oferta de leitos Covid-19 pediátricos considerando o agravamento dos indicadores epidemiológicos, de modo a garantir a disponibilidade de leitos de enfermaria [...]

[+ Veja mais](#)

Covid-19 – MP aciona Município de Muniz Ferreira e cobra transparência nas informações sobre a pandemia

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de justiça Leandro Ribeiro de Mattos Oliveira, acionou a Justiça para que, em caráter de urgência, determine que o Município de Muniz Ferreira implemente medidas de transparência das informações relacionadas à pandemia de Covid-19. A ação, ajuizada ontem, dia 3, pede uma especial atenção quanto ao planejamento das ações de enfrentamento e a divulgação do número de leitos disponíveis em cada região de saúde, considerando os leitos em unidade de terapia intensiva (UTI) e em enfermaria, adulto e pediátrico, “identificando os pontos de atenção em que estão instalados”. Pede ainda que se determine a publicação do quantitativo dos materiais já disponíveis, inclusive medicamentos [...]

[+ Prossiga](#)



MP recomenda ao Município de Cristópolis suspensão de concurso público para agentes comunitários de saúde

O Ministério Público estadual recomendou ao Município de Cristópolis que suspenda, pelo prazo de 30 dias, o concurso público para a contratação de agentes comunitários de saúde e formação de cadastro reserva em razão de irregularidades no edital. Segundo o promotor de Justiça André Luis Silva Fetal, autor da recomendação, o edital n. 001/2021 foi omissivo acerca da isenção de pagamento [...]

[+ Confira](#)



MP recomenda suspensão de licitação do Palácio Rio Branco com abertura prevista para amanhã (19)

O Ministério Público estadual, por meio das promotoras de Justiça Rita Tourinho e Cristina Seixas, recomendaram à Secretaria Estadual de Turismo (Setur) que suspenda imediatamente o processo licitatório (concorrência pública) do Palácio Rio Branco, que tem abertura prevista para amanhã (19), às 9h. [...]

[+ Continue lendo](#)

Falta de transparência no processo licitatório do Palácio Rio Branco motiva MP a acionar Estado e Ipac

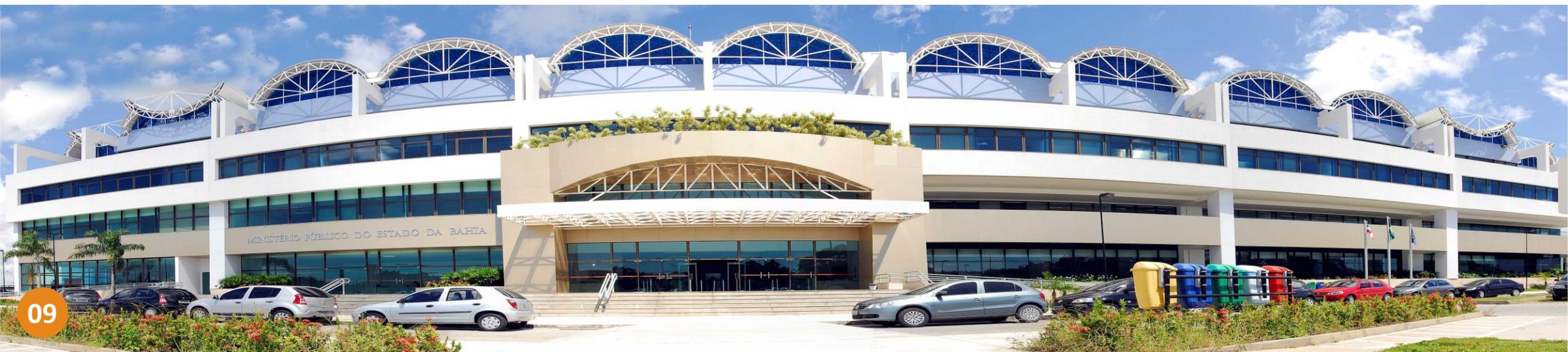
O Ministério Público estadual, por meio das promotoras de Justiça Cristina Seixas e Rita Tourinho, ajuizaram ação civil pública contra o Estado da Bahia, em representação da Secretaria Estadual de Turismo (Setur), e contra o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), para que a Justiça determine [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda observância do direito à informação ao Município de Ilhéus

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Pedro Paulo Vilela, recomendou ao Município de Ilhéus a observância do direito à informação, previsto na Constituição e na Lei de Informação. A recomendação foi remetida, no dia 04, ao Prefeito de Ilhéus e ao Procurador Geral do Município, para que sejam tomadas as devidas providências. [...]

[+ Prossiga](#)





MP recomenda ao Município de Serra do Ramalho que anule nomeação de servidor por prática de nepotismo

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Amanda Buarque Bernardo, recomendou ao Município de Serra do Ramalho que anule, no prazo de 20 dias, a nomeação de servidor Luiz Henrique Costa Reis, filho do atual vice-prefeito José Aroldo Muniz dos Reis. Além disso, o Município deve anular a nomeação de todos os ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança ou contratados temporariamente que sejam cônjuges, companheiros ou parentes por linha direta, colateral ou afinidade, até terceiro grau, da autoridade nomeante ou de outro servidor da mesma pessoa jurídica. [...]

[+ Continue lendo](#)



MP recomenda anulação de seleção ilegal de estudantes para bolsa universitária em Guanambi

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Tatyane Miranda Caires, recomendou nesta terça-feira (1º) ao Município de Guanambi que anule todas as etapas e todos os atos de seleção de estudantes para o programa 'Bolsa Universitária', subsidiada pelo edital nº 001/2022, em razão de ilegalidades e inconstitucionalidades no processo seletivo. Segundo a promotora de Justiça, o MP recebeu representação noticiando que o Município de Guanambi, por meio do Programa Social [...]

[+ Confira](#)

MP recomenda aprimoramento de portal da transparência à Câmara Municipal de Cristópolis

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça André Luis Silva Fetal, recomendou que a Câmara de Vereadores de Cristópolis adote as medidas administrativas necessárias para implementação plena do seu portal de transparência. A recomendação destaca a importância de que constem no portal todos os dados exigidos legalmente, viabilizando, assim, o pleno exercício do direito de fiscalização do cidadão, previsto na Constituição Federal. O promotor de Justiça André Fetal salienta que o descumprimento da recomendação pode provocar a propositura de providências criminais, no MP, bem como a formulação de representação ao [...]

[+ Leia mais](#)



Ministério Público deflagra segunda fase da Operação Fake Rent

Na manhã desta sexta-feira (11), o Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), deflagrou a segunda fase da Operação Fake Rent, cumprindo três mandados de busca e apreensão em Salvador e Lauro de Freitas. [...]

[+ Continue lendo](#)

Nova fase da 'Operação Saneamento' cumpre dois mandados de prisão em Porto Seguro

Gaeco denunciou criminalmente dois fiscais ambientais e mais três pessoas envolvidas em esquema de propina para licenças ambientais no sul da Bahia. A segunda fase da 'Operação Saneamento' cumpriu na manhã desta quinta-feira (17), em Porto Seguro, dois mandados de prisão contra fiscais municipais do meio ambiente envolvidos em esquema de propina para licenças ambientais no sul da Bahia. [...]

[+ Veja mais](#)



Operações “Cum Claves” e “Persistência” apuram fraudes de R\$130 milhões

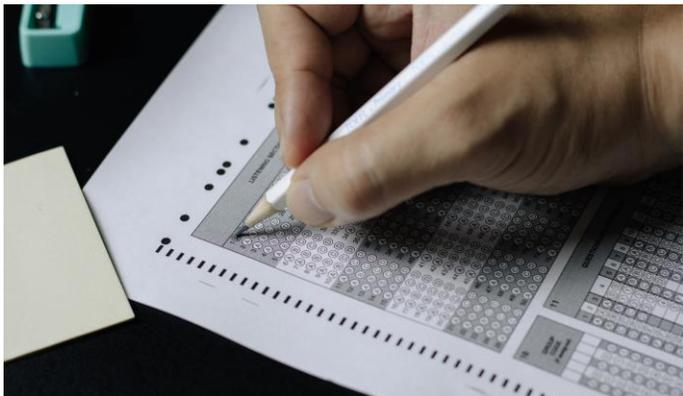
Duas operações deflagradas hoje pelo Ministério Público do Espírito Santo, com cooperação do MP baiano, desarticularam um grupo suspeito de fraudes em contratos no setor de coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos nos municípios de Linhares e São Mateus. As operações “Cum Claves” e “Persistência” cumpriram 11 mandados de busca e apreensão, sendo dois em Salvador, na Bahia [...]

[+ Confira](#)

MP denuncia três investigados na Operação Kauterion por prática de corrupção e lavagem de dinheiro

O Ministério Público estadual, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça e do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), denunciou, na última segunda-feira (21), três pessoas investigadas na Operação Kauterion, que foi deflagrada em setembro de 2021. [...]

[+ Prossiga](#)



Município de Barreiras se compromete a realizar concurso público

O Ministério Público estadual firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Barreiras para realização de concurso público de provas e títulos para o preenchimento de cargos vagos na cidade, bem como para cadastro reserva. A homologação do resultado final do concurso deve ser feita até o dia 2 de dezembro deste ano e o edital deverá ser amplamente divulgado até o mês [...]

[+ Prossiga](#)

Fundac é acionada por contratações temporárias irregulares

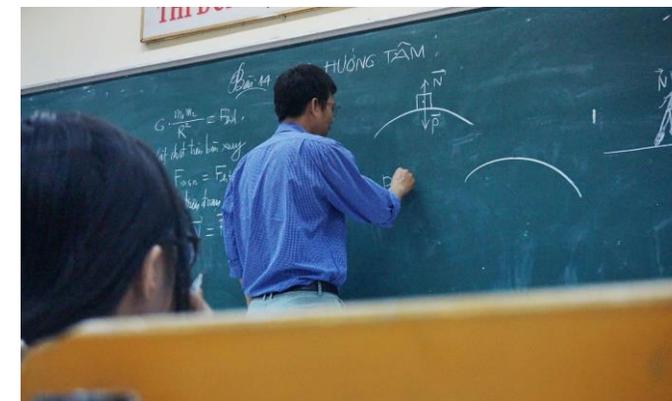
Irregularidades detectadas em contratações de pessoal para prestação de serviços de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação provisória levaram o Ministério Público estadual a ajuizar ação contra a Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac). No documento, a promotora de Justiça Andréa Scaff solicita à Justiça que, liminarmente, determine à Fundac a realização de concurso público de provas e títulos para preenchimento de cargos listados em edital Reda publicado no ano de 2021 e os que eventualmente surjam com as vacâncias ordinárias. Ela requer que o órgão seja obrigado a publicar cronograma de realização do concurso em [...]

[+ Veja mais](#)

Justiça proíbe que Salvador realize novos contratos Reda para professores municipais

O Município de Salvador foi proibido de realizar novas contratações de professores municipais em regime especial de direito administrativo (Reda), enquanto o concurso regido pelo Edital 02/2019 estiver vigente. A decisão de ontem, dia 21, atende a pedido do Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Luciano Taques Ghignone, e determina ainda que o Município se abstenha [...]

[+ Continue lendo](#)



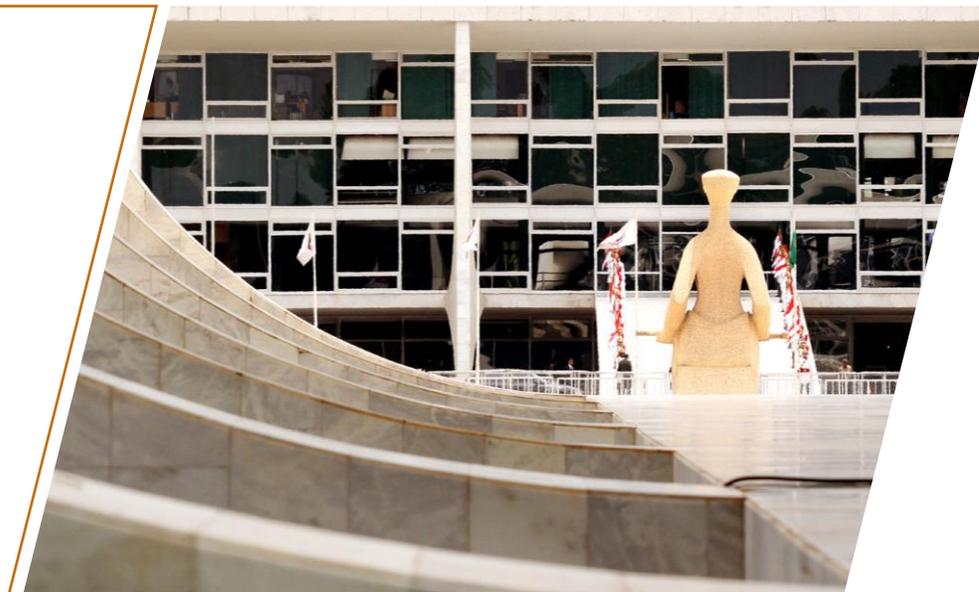


Impossibilidade de concessão de aumento pelo Poder Judiciário com fundamento no princípio da isonomia - ARE 1341061/SC (Tema 1175 RG)

RESUMO: Não se admite a concessão do Adicional de Compensação por Disponibilidade Militar no percentual máximo estabelecido pela Lei 13.954/2019 a todos os integrantes das Forças Armadas, com fundamento no princípio da isonomia.

Isso porque “não cabe ao Poder Judiciário, que [...] [+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1043/2022 - Brasília, 18 de fevereiro de 2022



Reajuste de tarifas telefônicas: cláusula contratual, inflação e revisão judicial - RE 1059819/PE (Tema 991 RG)

RESUMO: Em regra, não cabe ao Poder Judiciário anular cláusula de contrato de concessão de serviço público que autoriza o reajuste de tarifa telefônica em percentual superior ao índice inflacionário.

Isso porque a intervenção do Judiciário no âmbito regulatório dá-se com vistas ao controle de legalidade, respeitadas [...] [+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1044/2022 - Brasília, 25 de fevereiro de 2022



Servidor público. Demissão. Anulação administrativa do ato. Reintegração ao cargo. Recebimento das rubricas concernentes ao auxílio-transporte e ao adicional de insalubridade. Exercício ficto. Impossibilidade.

DESTAQUE: O servidor público reintegrado não faz jus ao recebimento das parcelas remuneratórias referentes ao auxílio-transporte e ao adicional de insalubridade pelo período em que esteve indevidamente afastado do cargo público. [...] [+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0722/2022 - Brasília, 26 de janeiro de 2022

Conflito negativo de competência. Juízos estadual e federal. Ação de improbidade administrativa ajuizada por ente municipal. Prestação de contas de verbas federais. Mitigação das súmulas 208/STJ e 209/STJ. Competência cível da Justiça Federal absoluta em razão da pessoa. Art. 109, I, da CF. [...]

DESTAQUE: Nas ações de improbidade administrativa, a competência da Justiça Federal é definida em razão da presença das pessoas jurídicas de direito [...] [+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0724/2022 - Brasília, 14 de fevereiro de 2022





Danos causados ao erário municipal. Tribunal de Contas do Estado. Multa. Execução. Município. Legitimidade. RE 1.003.433/RJ. Tema 642. Adequação de entendimento.

DESTAQUE: O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0725/2022 - Brasília, 21 de fevereiro de 2022





Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CAOPAM - Coordenador

Frank Monteiro Ferrari

CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

CAOPAM - Analistas Técnico-Jurídicas

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula



caopam@mpba.mp.br

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM
Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores
Clique aqui